ARTE DIAS.

ALAN PIERRE CHAVES ROCHA

Promotor de Justiça Titular da 11ª Promotoria de Justiça de Defesa da Probidade Administrativa e Tutela das Fundações e Entidades de Interesse Social de Marabá

Protocolo: 548403**MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DO PARÁ****Extrato da Portaria nº 015/2020-11PJMB**

O Ministério Público do Estado do Pará, por intermédio da Promotoria de Justiça da Defesa da Probidade Administrativa e Tutela das Fundações e Entidades de Interesse Social de Marabá, com fundamento nos artigos 1º, incisos IV e VIII, 2º e 8º, § 4º, da Lei 7.437/1985 – LACP, artigos 1º, 25, incisos IV, a, b e VIII, 26, incisos I, a, b e c, II, III, IV, V e VI, e 27 da Lei 8.625/1993 – LONMP, artigo 54, inciso I, a, b, c e d, da Lei Complementar nº 057/06 – LOMPPA, RESOLUÇÃO Nº 23/2007 e Resolução nº 007/2019-CPJ, torna pública a instauração do Inquérito Civil registrado sob o número único 000059-940/2019 que se encontra à disposição na Promotoria de Justiça de Marabá, situada na Rua das Flores, s/nº, Esq. c/ Rod. Transamazônica – Agrópolis do INCRA, CEP. 68.502-290 – Marabá – Pará – Fone/Fax: (94) 3312-9900.

Portaria nº 014/2020-11PJMB

Objeto: Apurar a ocorrência de danos ao erário relativos ao pagamento irregular de plantões e sobreavisos a profissionais médicos lotados no Hospital Municipal de Marabá.

Envolvidos: Profissionais médicos lotados no hospital municipal de Marabá, Secretaria Municipal de Saúde e Hospital Municipal de Marabá.

ALAN PIERRE CHAVES ROCHA

Promotor de Justiça Titular da 11ª Promotoria de Justiça de Defesa da Probidade Administrativa e Tutela das Fundações e Entidades de Interesse Social de Marabá

Protocolo: 548404**Extrato da Portaria nº 003/2020-MPPA-PJA**

A Promotora de Justiça de Anapu, com fundamento no art. 8º da Resolução nº 174 do CNMP e art. 31 da Resolução 007/2019-CPJ, torna pública a instauração do Procedimento Administrativo 002/2020-MPPA-PJA, que se encontra à disposição na Rua Santo Antônio, nº 20, bairro Imperatriz, CEP 68365-00, Anapu/PA.

Portaria nº 003/2020-MPPA-PJA

Polo Passivo: Município de Anapu

Assunto: Acompanhar e fiscalizar as políticas públicas voltadas a garantir os direitos fundamentais à saúde e à dignidade à Romilson de Souza Cavalcante.

Lívia Tripac Mileo Câmara – Promotora de Justiça

Protocolo: 548412**EXTRATO DE ATA DA 6ª SESSÃO ORDINÁRIA ONLINE DO CONSELHO SUPERIOR – 2020**

(Lei nº 8.625, de 12.02.1993 – art. 15, § 1º)

DATA E HORA – 20.05.2020, das 9:15h às 13:47h.

LOCAL – Sessão realizada por meio de videoconferência (canal do MPPA e Youtube). PRESENTES – Dr. GILBERTO VALENTE MARTINS, Procurador-Geral de Justiça, Presidente do Conselho Superior; Dr. JORGE DE MENDONÇA ROCHA, Corregedor-Geral do Ministério Público; Dr. WALDIR MACIEIRA DA COSTA FILHO, Conselheiro Secretário do Conselho Superior e os seguintes Conselheiros: Dra. LEILA MARIA MARQUES DE MORAES, Dra. MARIA DA CONCEIÇÃO DE MATTOS SOUSA, Dra. DULCELINDA LOBATO PANTOJA e Dr. HAMILTON NOGUEIRA SALAME.

O Exmo. Conselheiro Secretário, Dr. Waldir Macieira da Costa Filho, justificou o atraso momentâneo da Exma. Conselheira, Dra. Maria da Conceição de Mattos Sousa, que estava em uma consulta médica por videoconferência, mas que tão logo terminasse seu atendimento estaria presente para o julgamento dos certames e processos pautados.

PALAVRA FACULTADA: O Conselheiro Secretário do Conselho Superior, Dr. Waldir Macieira da Costa Filho, registrou a sua alegria ao participar do encontro, mesmo que virtual, e agradeceu a presença de todos. Em seguida, o Exmo. Procurador-Geral de Justiça, Dr. Gilberto Valente Martins, falou sobre o momento histórico pelo qual o Ministério Público do Estado do Pará estava passando e elogiou o empenho da equipe técnica do Departamento de Informática, em especial ao Diretor daquele Departamento, o Sr. Adriano Arruda. Continuou a dizer que estava muito satisfeito por presidir a primeira reunião virtual do MPPA. O Exmo. Procurador-Geral de Justiça também agradeceu aos Membros da Instituição pelo trabalho desenvolvido em prol da sociedade, mesmo com as limitações enfrentadas por conta da Pandemia. Agradeceu, ainda, ao trabalho dos dois Grupos criados para acompanhamento da COVID-19, um destinado à Saúde e outro destinado a Procedimentos Licitatórios que estão sendo flexibilizados por conta da legislação atual. Mencionou, por fim, que a Coordenação do Grupo da Saúde era muito bem realizada pelo Exmo. Procurador de Justiça, Dr. Waldir Macieira da Costa Filho. Logo após, o Exmo. Conselheiro, Dr. Hamilton Nogueira Salame, pediu a palavra para saudar a todos os Membros e falou que a transmissão da sessão, por videoconferência, era motivo de comemoração a todos. O Conselheiro disse que o Ministério Público do Estado do Pará estava dando um passo grande em direção a uma atuação mais célere. Acabou sua fala ao dizer que o momento merece registro e festejo, apesar do sistema ainda precisar de aperfeiçoamento técnico. Ato contínuo, o Exmo. Corregedor-Geral do Ministério Público, Dr. Jorge de Mendonça Rocha, registrou seu voto de pesar aos familiares do Procurador de Justiça, Dr. José Melo da Rocha, e do Promotor de Justiça, Dr. Sandro Ramos Chermont, por terem perdido filho e genitor, respectivamente. O Presidente do Conselho Superior, Dr. Gilberto Valente Martins, aproveitou o assunto para registrar a sua consternação a todos os servidores do Órgão Ministerial que perderam familiares e amigos por conta da COVID-19 e falou também sobre o luto da Instituição pela perda de um servidor querido, Augusto Soares, que morreu precocemente acometido pela terrível doença. O Exmo. Secretário do Conselho Superior, Dr. Waldir Macieira da Costa Filho, aproveitou o momento para se solidarizar com a perda de todos e

com a família do Dr. João Diogo Moreira Sales, grande Procurador de Justiça. O Secretário do Conselho Superior finalizou parabenizando o empenho de todos os Membros da Instituição pelo árduo trabalho desenvolvido em tempos difíceis de Pandemia. Por fim, as Exmas. Conselheiras, Dra. Leila Maria Marques de Moraes e Dra. Dulcelinda Lobato Pantoja, parabenizaram a iniciativa do Procurador-Geral de Justiça e do Secretário do Conselho Superior pela realização da reunião virtual.

DELIBERAÇÕES – Após amplamente discutidos os assuntos constantes da pauta, conforme detalhadamente descrito na Ata desta reunião, arquivada em pasta própria, o Conselho Superior tomou as seguintes decisões:

O Exmo. Conselheiro Secretário, Dr. Waldir Macieira da Costa Filho apresentou proposta de resolução que dispõe sobre a realização de sessões por videoconferência no âmbito do Conselho Superior do Ministério Público do Estado do Pará, em razão da pandemia de Coronavírus (COVID-19). Explicou que a resolução dispõe que serão julgados por videoconferência as matérias de relevância, os certames de remoção e promoção, por antiguidade e merecimento que não ensejem aferição de pontuação, os processos de vitaliciamento de membros do MPPA, declínios de atribuição para outro Ministério Público e os procedimentos extrajudiciais.

Após, o Egrégio Conselho Superior, à unanimidade, APROVOU a proposta de resolução que dispõe sobre a realização de sessões por videoconferência no âmbito do Conselho Superior do Ministério Público do Estado do Pará, em razão da pandemia de Coronavírus (COVID-19), nos seguintes termos:

RESOLUÇÃO Nº ____/2020-CSMP, DE 20 DE MAIO DE 2020.

Dispõe sobre a realização de sessões por Videoconferência no âmbito do Conselho Superior do Ministério Público do Estado do Pará, em razão da pandemia de Coronavírus (COVID-19).

O CONSELHO SUPERIOR DO MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DO PARÁ, Órgão da Administração Superior, no uso de suas atribuições e CONSIDERANDO que compete ao Conselho Superior editar súmulas, provimentos, resoluções e outros atos de caráter normativo em matéria de suas atribuições, nos termos do art. 26, inciso XIII, da Lei Complementar Estadual nº 057, de 06 de julho de 2006 e art. 4º, inciso XXII de seu Regimento Interno;

CONSIDERANDO os princípios da celeridade processual, contido no artigo 5º, inciso LXXVIII, e o princípio da eficiência, descrito no artigo 37, caput, ambos da Constituição Federal;

CONSIDERANDO a necessidade de racionalizar o tempo despendido durante as sessões de julgamento e de otimizar a função institucional do CSMP; CONSIDERANDO que é necessário adotar providências de ordem prática para o julgamento mais célere dos processos do CSMP, com economia de recursos e de tempo;

CONSIDERANDO a importância de se buscar mecanismos que garantam a participação efetiva de forma não presencial de Conselheiros nas sessões de julgamento;

CONSIDERANDO que a realização de sessões por Videoconferência prescreve os princípios da colegialidade, da continuidade do serviço público, da eficiência, da segurança jurídica e da economicidade;

CONSIDERANDO que a Organização Mundial de Saúde - OMS, em 30 de janeiro de 2020, declarou a epidemia do Coronavírus (COVID-19) como Emergência de Saúde Pública de Importância Internacional (ESPII) e, em 11 de março de 2020, caracterizou-a como pandemia;

CONSIDERANDO que o Estado Brasileiro considerou tal evento para declarar o território nacional em estado de calamidade pública, conforme Decreto Legislativo nº 6, de 20 de março de 2020;

CONSIDERANDO os termos da Portaria Nº 1.510/2020- MP/PGJ, de 17 de março de 2020, a qual dispôs sobre medidas temporárias de prevenção ao contágio pelo Novo Coronavírus (COVID-19);

CONSIDERANDO o teor da Portaria Nº 1.740/2020- MP/PGJ, de 27 de abril de 2020, que complementou as medidas temporárias de prevenção ao contágio por COVID-19 e dispôs sobre a continuidade das atividades do MPPA mediante trabalho remoto;

CONSIDERANDO a necessidade de serem compatibilizados os vetores de continuidade e do serviço público com a singular situação de saúde pública experimentada mundialmente;

CONSIDERANDO a impossibilidade de reunião presencial dos Conselheiros do CSMP, em razão da pandemia de COVID-19; e

CONSIDERANDO, enfim, que os julgamentos das sessões por Videoconferência serão públicos, de modo a preservar a publicidade e a transparência dos atos praticados;

RESOLVE:

Art. 1º As sessões do Conselho Superior do Ministério Público poderão ser realizadas inteiramente por Videoconferência durante o período de vigência do regime de teletrabalho, em razão da pandemia do novo Coronavírus (COVID-19).

1º Serão julgados por videoconferência as matérias de relevância, os certames de remoção e promoção, por antiguidade e merecimento que não ensejem aferição de pontuação, os processos de vitaliciamento de membros do MPPA, declínios de atribuição para outro Ministério Público e os procedimentos extrajudiciais.

2º Os demais certames e procedimentos de atribuição originária do CSMP serão julgados de forma presencial, oportunamente.

3º A realização das Sessões por Videoconferência não dispensa a publicação, com antecedência mínima de 48 (quarenta e oito) horas, de pauta contendo a ordem do dia.

4º Apresentada divergência ou solicitada vista dos autos por qualquer dos integrantes do Conselho Superior, o procedimento será imediatamente retirado de pauta para ser julgado na primeira sessão presencial a ser realizada oportunamente.

5º A critério do Relator, poderá ocorrer adiamento ou retirada de pauta dos procedimentos submetidos ao julgamento por videoconferência, nos termos regimentais.

6º O julgamento será considerado concluído quando o Presidente do CSMP declarar encerrada a votação e proclamar o resultado do julga-